

Intencionalidade e Linguagem (II): Algumas Considerações sobre Tomasello, Searle e Dennett

Sylvio Allan Rocha Moreira¹
Carlos Barbosa Alves de Souza
Universidade Federal do Pará

RESUMO - Propomos, neste trabalho, que o conceito de intencionalidade é uma ferramenta relevante para a interpretação de repertórios simbólicos humanos. Analisamos como os conceitos de intencionalidade e de linguagem verbal são articulados na Teoria da Aquisição da Linguagem Baseada no Uso de Tomasello, na Teoria dos Atos Illocucionários de Searle e na Teoria dos Sistemas Intencionais de Dennett, buscando identificar seu papel na determinação da cognição humana. Essas teorias propõem uma interdependência entre esses conceitos, os quais difeririam entre si quanto ao modo como se dá essa articulação. Elas também destacam a importância dos repertórios simbólicos, especialmente a linguagem verbal, para a cognição humana. Como a intencionalidade é um aspecto da cognição humana, uma conexão entre linguagem verbal e intencionalidade para o funcionamento cognitivo humano é uma questão a ser investigada na psicologia científica.

Palavras-chave: intencionalidade, linguagem verbal, Tomasello, Searle, Dennett

Intentionality and Language (II): Some Remarks on Tomasello, Searle, and Denett

ABSTRACT - In the present paper we propose that the concept of intentionality is a relevant tool to interpret human symbolic repertoires. We analyze how the concepts of intentionality and verbal language are articulated in Tomasello's Usage-Based Theory of Language Acquisition, Searle's Illocutionary Acts Theory, and Dennett's Intentional Systems Theory, seeking to identify their role on determining human cognition. These theories suggest interdependence between these concepts, which differ among themselves as to how this relation is articulated. They also emphasize the importance of symbolic repertoires, especially verbal language, to human cognition. As intentionality is a feature of human cognition, a link between verbal language and intentionality for the functioning of human cognition is a topic to be investigated in scientific psychology.

Keywords: intentionality, verbal language, Tomasello, Searle, Dennett

Analisamos em um trabalho anterior (Allan & Souza, 2015) como a *Teoria da Aquisição da Linguagem Baseada no Uso* (TALBU), de Michael Tomasello, representa uma alternativa para lidar com as limitações das abordagens *estruturalistas* e *funcionalistas* sobre os processos de aquisição e desenvolvimento de competências verbais (cf. Tomasello, 2003). Essa teoria destaca a interação de fatores biológicos e sociais como determinante para a evolução de competências específicas de manipulação de símbolos linguísticos (cf. Tomasello, 1999; Tomasello, Carpenter, Call, Behne, & Moll, 2005a, 2005b).

No cerne da TALBU, recortando transversalmente biologia e cultura, identificamos o conceito de *intencionalidade*. Dada a relevância que a TALBU atribui a esse conceito no processo de aquisição e desenvolvimento de competências verbais, reconhecemos a necessidade de uma elaboração conceitual mais precisa do que aquela apresentada por Tomasello. Principalmente pelas dificuldades que a utilização desse conceito pode gerar, ao implicar um retorno às propostas mentalistas sobre cognição e linguagem. Sendo assim, propomos uma definição de intencionalidade na obra de Tomasello como a característica que as habilidades cognitivas

e sociocognitivas¹ dos animais possuem de serem “dirigidas para” objetivos (Allan, 2007; Allan & Souza, 2011).

Em continuidade à nossa investigação da evolução de processos simbólicos humanos, defendemos que o conceito de intencionalidade pode representar uma ferramenta analítica relevante para lidar com fenômenos linguísticos complexos (cf. Allan, 2007; Allan & Souza, 2009, 2011). Justificaremos nosso pressuposto por meio da análise das possíveis relações de dependência entre os conceitos de *intencionalidade e linguagem verbal* na TALBU (Michael Tomasello), na *Teoria dos Atos Illocucionários* (John Searle) e na Teoria dos Sistemas Intencionais (Daniel Dennett). Consideramos essas teorias representativas da investigação de processos cognitivos humanos (incluindo a linguagem verbal), a partir de uma interpretação intencionalista, embora

1 Essas habilidades envolvem: (i) a participação em atividades de *atenção conjunta* com coespecíficos em relação a aspectos do mundo (Bakeman & Adamson, 1984); (ii) o monitoramento da atenção e dos gestos de coespecíficos em relação a aspectos do mundo; (iii) a manipulação da atenção de coespecíficos, por meio de gestos não-linguísticos e linguísticos, em relação a aspectos do mundo; (iv) a compreensão e imitação das ações (incluindo atos de fala) de coespecíficos em relação a aspectos do mundo e a si mesmo (Tomasello, Kruger & Ratner, 1993); (v) a compreensão de categorias relacionais externas, nos âmbitos *social* (e.g., parentesco, dominância) e *causal* (e.g., contiguidade, tamanho, posição) (Tomasello & Call, 1997); (vi) a habilidade de *agir intencionalmente*, i.e., compreender que suas próprias ações são distintas dos resultados dessas ações e que ações específicas estão relacionadas a resultados específicos.

¹ Endereço para correspondência: Avenida Roberto Camelier, 452, Bloco B1, Apto 204, Jurunas, Belém, PA, Brasil. CEP: 66.033.420. E-mail: sylvioallan@yahoo.com.br

cada qual proponha uma definição própria do conceito de intencionalidade (cf. Allan & Souza, 2011) e de como se dá a relação entre a intencionalidade e o desenvolvimento da linguagem verbal.

Intencionalidade e Teoria da Linguagem baseada no Uso

Segundo a TALBU, a aquisição e o desenvolvimento de repertórios verbais dependem de um conjunto amplo de habilidades cognitivas e sociocognitivas humanas, envolvendo *compreensão da ação intencional* e *compreensão da intenção comunicativa*. A primeira é biologicamente herdada dos primatas não-humanos (Tomasello, 1999, 2003; Tomasello et al., 2005a, 2005b); a segunda, socialmente estabelecida pela interação de indivíduos linguística e simbolicamente competentes (Tomasello, 2003). Portanto, a linguagem verbal é um processo tanto biológico quanto social.

Em termos gerais, as habilidades de compreensão da ação intencional consistem na diferenciação entre *atividades* (dos organismos) e seus *efeitos* (no ambiente natural e social), e na atribuição de causalidade e/ou funcionalidade entre ambos. Essas habilidades emergem na espécie humana por volta do primeiro ano de vida, como resultado de um processo gradual de organização das ações sensório-motoras da criança e da sua habilidade cognitiva de identificação com outros indivíduos humanos (Tomasello, 1999). A compreensão da ação intencional permite à criança ampliar seu repertório comportamental, quando esta passa a compreender que outros indivíduos humanos (ou não-humanos) agem no mundo de modos específicos, obtêm resultados relacionados às suas atividades e apresentam estados emocionais relacionados à obtenção desses resultados. Como consequência, a criança aprende a imitar as ações dos indivíduos, a fim de obter os mesmos resultados e estados emocionais produzidos por esses.

A partir do segundo ano de vida, a criança passa a compreender que tanto ela quanto seus coespecíficos interagem *espontânea* (i.e., iniciam deliberadamente suas atividades) e *intencionalmente* (i.e., orientados para objetivos) em contextos intersubjetivos (denominados *quadros de atenção conjunta*), mediados por referenciais externos, e desempenham papéis específicos e intercambiáveis nesses contextos. Nesse cenário, emerge também a capacidade da criança de atribuir causalidade e/ou funcionalidade ao uso que indivíduos humanos fazem de *símbolos linguísticos* de modos específicos para manipular a percepção e os estados mentais (e.g., crenças, desejos, motivações) de outros indivíduos humanos (inclusive, da própria criança) (Tomasello, 2003). Esse novo conjunto de habilidades cognitivas e sociocognitivas é denominado *compreensão da intenção comunicativa* (Tomasello et al., 2005a, 2005b) e está relacionado exclusivamente aos *efeitos* de certas manipulações (especificamente, do uso de símbolos linguísticos) sobre a percepção e os estados mentais de uma audiência verbal (cf. Figura 1).

A compreensão da intenção comunicativa permite à criança interagir adequadamente com seus coespecíficos em

contextos sociais, na medida em que ela passa a perceber os referenciais externos que geralmente servem de mediadores de suas interações sociais e a compartilhar os estados mentais de seus coespecíficos em relação a esses referenciais. Permite também que a criança identifique a função de símbolos linguísticos em contextos sociais, quando ela própria passa a manipular esses símbolos de modo a produzir efeitos sobre a percepção e os estados mentais de seus coespecíficos em relação a referenciais externos ou em relação a si própria (Tomasello, 2003). O uso de símbolos linguísticos parece ser um recurso econômico e eficiente por meio do qual indivíduos humanos linguística e simbolicamente competentes podem ensinar crianças a serem bem sucedidas nessas interações.

Intencionalidade e Teoria dos Atos Illocucionários

Em *Speech Acts* (1969), Searle desenvolveu uma teoria da linguagem verbal – baseada na *Teoria dos Atos de Fala* (Austin, 1962) – que enfatiza os aspectos sociopragmáticos dos repertórios verbais em situações cotidianas. Ambas as teorias questionam a abordagem representacionista da linguagem verbal – em termos de *descrição* de objetos e estados de coisas, por considerarem que em muitos episódios verbais os indivíduos humanos não apenas descrevem a realidade, como também se engajam em determinados *cursos de ações* no mundo.

As ações realizadas pelo falante quando este enuncia são denominadas *atos illocucionários* (Austin, 1962; Searle, 1969); com esse conceito, propõe-se que a linguagem verbal não é meramente um instrumento para a ação humana no mundo, mas ela própria é uma ação humana no mundo. Por exemplo, um indivíduo *F* que verbaliza “Bom dia!” a uma audiência *A* pode estar afirmando que o dia está agradável. Nesse caso, o enunciado refere-se a um estado de coisas, e dada a verificabilidade desse referente é possível atribuir

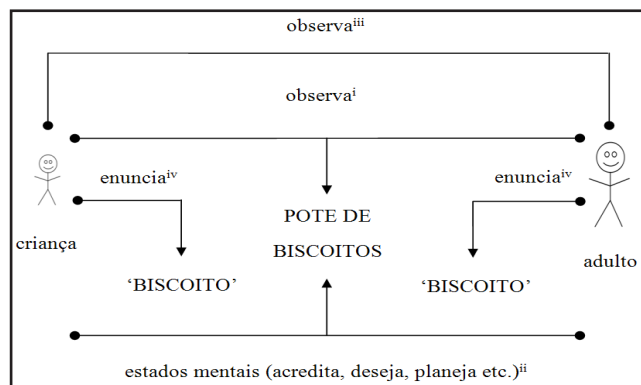


Figura 1. Esquema de um episódio de interação de uma criança e um adulto, envolvendo habilidades de compreensão da intenção comunicativa. Tanto a criança quanto o adulto (i) observam o mesmo pote de biscoitos e (ii) possuem os mesmos estados mentais em relação ao pote de biscoitos. A criança (iii) observa o adulto (i) observando o pote de biscoitos e (iv) enunciando ‘BISCOITO’ para ela (a criança). A criança atribui a (iv) o objetivo do adulto de alterar (ii) da criança em relação ao pote de biscoitos. Posteriormente, a criança aprende a imitar (iv) para alterar (ii) desse adulto ou de outros indivíduos humanos em relação ao pote de biscoitos.

ao enunciado uma *condição de verdade*, i.e., o dia pode (verdadeiro) ou não (falso) estar agradável. Mas *F* pode também verbalizar “Bom dia!” para saudar *A* ou desejar-lhe um dia agradável. Isso é possível porque o enunciado especifica em sua estrutura lógica a ação pretendida por *F* em relação a *A* ao verbalizar esse enunciado. Nesses casos, “Bom dia!” não pode ser considerado uma descrição de objetos e estados de coisas, porque ele não pertence à mesma categoria dos enunciados aos quais se pode atribuir uma condição de verdade, como “ $2 + 2 = 4$ ” ou “Shakespeare é o autor de *Hamlet*”. Um modo mais adequado de analisar este enunciado é em termos de se *F* é *bem* ou *mal* sucedido em interagir desse modo específico, i.e., realizando a ação especificada no enunciado. A qualificação dessa interação como bem ou mal sucedida depende do *status* de *F* ou de *A*, dos *contextos* sob os quais o enunciado é verbalizado (e.g., pela manhã ou à noite), da força ilocucionária com a qual o enunciado é verbalizado (e.g., *F* saúda *A* ou lhe deseja um dia agradável) e das convenções sociais compartilhadas por *F* e *A* (e.g., ambos possuem domínio do mesmo idioma e compreendem regras de etiqueta).

A teoria dos atos ilocucionários (TAI) busca também justificar como enunciados podem ser portadores de significado. Inicialmente, ela adota um critério de *comunicabilidade*, pelo qual o significado de um enunciado *x* é a intenção de *F* de comunicar para *A* (i.e., fazer com que *A* reconheça) que *F* realiza um ato ilocucionário ao enunciar *x* (Searle, 1969). Quer dizer, significar é comunicar; e comunicar é fazer *A* reconhecer quais atos ilocucionários são realizados por *F* quando este enuncia. *F* pode enunciar “Hoje é meu aniversário!” ou “Cortem-lhe a cabeça!”, significando sua intenção de que *A* reconheça que *F* realiza uma asserção ou uma ordem quando verbaliza esses enunciados, respectivamente. Mas não é relevante que a asserção seja verdadeira ou falsa, ou que a ordem seja ou não atendida, para que esses enunciados tenham significado. Isso porque os atos ilocucionários estabelecem sua própria condição de satisfação², enquanto que o significado dos enunciados depende de seus efeitos comunicacionais sobre *A*.

Enunciados podem especificar não apenas uma intenção de significação de *F*, como também seus estados mentais (Searle, 1983³). Isso não implica que *F* precise ter algum estado mental específico na realização do seu ato ilocucionário. *F* pode não acreditar verdadeiramente que hoje seja seu aniversário,

ao afirmar “Hoje é meu aniversário!”, ou não desejar verdadeiramente que uma pessoa específica seja decapitada, ao ordenar “Cortem-lhe a cabeça!”. Mas a realização desse ou daquele ato ilocucionário necessariamente especifica algum estado mental de *F*, porque os atos ilocucionários possuem *condições de satisfação* idênticas às condições de satisfação dos estados mentais que esses atos especificam. Isto é, a asserção ‘Hoje é meu aniversário’ e a crença de que hoje é meu aniversário estabelecem, como sua condição de satisfação, que se tal for o caso, ambas serão verdadeiras. Do mesmo modo, a ordem “Cortem-lhe a cabeça!” e o desejo de que determinada pessoa seja decapitada estabelecem, como sua condição de satisfação, que se tal for o caso, ambos serão satisfeitos.

Segundo Searle (1983), a equivalência entre as condições de satisfação de estados mentais e atos ilocucionários ocorre porque a mente é capaz de atribuir aos atos ilocucionários a mesma *intencionalidade*⁴ atribuída aos estados mentais, i.e., a mesma capacidade de representar objetos e estados de coisas. A espécie humana teria desenvolvido, ao longo de sua evolução, a habilidade cognitiva de *derivar* intencionalidade de determinados tipos de estados mentais (e.g., crenças, desejos, intenções) para a linguagem verbal. A linguagem verbal não é, portanto, uma atividade humana *intrinsecamente intencional*, mas uma representação de objetos e estados de coisas por derivação de uma condição intrinsecamente intencional da mente.

Assim, a realização dos atos ilocucionários depende não somente das regras semânticas e dos contextos sociais nos quais esses atos são realizados (Austin, 1962; Searle, 1969, 1979), mas da habilidade cognitiva humana de especificar estados mentais intencionais ao realizar atos ilocucionários, e de atribuir a esses atos as mesmas *condições de satisfação* daqueles estados mentais (Searle, 1983). Consequentemente, o significado de enunciados não é a intenção de *F* fazer *A* reconhecer quais atos ilocucionários são realizados por *F* ao enunciar; mas sim, é a intenção de *F* especificar estados mentais ao realizar atos ilocucionários. E fazer *A* reconhecer a intenção de *F* especificar estados mentais ao realizar atos ilocucionários é uma intenção comunicacional de *F* (Searle, 1983) (cf. Figura 2).

A Teoria dos Sistemas Intencionais e a Linguagem Simbólica

Dennett não propôs processos de aquisição e desenvolvimento de competências verbais humanas, nem elaborou uma teoria da linguagem verbal. No entanto, ele compartilha com Tomasello e com Searle a investigação das

2 Asserções estabelecem que sua condição de verdade depende da correspondência entre os fatos descritos no enunciado e a realidade. Ordens, pedidos e comandos estabelecem que sua satisfação depende da audiência se comportar de modo ao especificado no enunciado. Promessas estabelecem que sua satisfação depende da realização das ações especificadas no enunciado. Declarações estabelecem que sua satisfação depende da realidade ser alterada de modo a corresponder ao conteúdo do enunciado. Interjeições não estabelecem condição de satisfação, mas seu sucesso depende do contexto de sua realização (Searle, 1969, 1979).

3 Embora a análise de Searle (1983) acerca da linguagem verbal não seja necessariamente parte de sua teoria dos atos ilocucionários (Searle, 1969), decidimos incluir ambos os trabalhos sob a mesma denominação (TAI) por uma questão de descrição econômica dos pressupostos de Searle sobre a relação entre linguagem verbal e intencionalidade. Assumiremos, portanto, que Searle (1983) representa uma reformulação de Searle (1969).

4 Vale à pena esclarecer que o sentido de “intencionalidade” na teoria de Searle difere daquele proposto por Tomasello. No primeiro, intencionalidade designa uma condição de certos estados mentais de “ser acerca de” objetos e estados de coisas (Searle, 1983). No segundo, como já mostrado, intencionalidade designa uma condição de certos repertórios comportamentais de algumas espécies animais (inclusive, da espécie humana) de “ser orientada para objetivos” (Allan & Souza, 2011; Tomasello et al., 2005a). Sugerimos que a intencionalidade em Searle é um aspecto *referencial* da mente, enquanto que em Tomasello, ela é um aspecto *teológico* da ação (cf. também Allan & Souza, 2011).

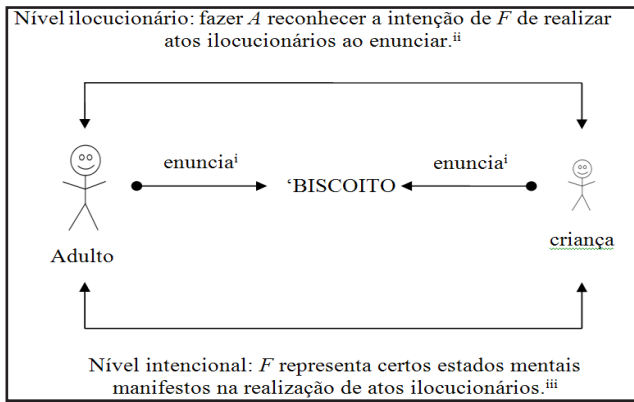


Figura 2. Esquema de um episódio de interação verbal de uma criança e um adulto, segundo a Teoria dos Atos Ilocucionários. No nível ilocucionário, tanto a criança quanto o adulto (i) enunciam 'BISCOITO' com a intenção de (ii) fazer com que o outro reconheça a sua intenção de realizar esse ato ilocucionário por meio dessa enunciação. No nível intencional, tanto a criança quanto o adulto enunciam 'BISCOITO' com a intenção de (iii) representar certos estados mentais, sendo (ii) uma consequência não necessária de (iii), pois tanto a criança quanto o adulto podem enunciar (i) com a intenção de (iii), mas sem a intenção de (ii). Contudo, eles não podem enunciar (i) com a intenção de (ii), sem a intenção de (iii)

relações entre a linguagem verbal e os processos cognitivos humanos. Especificamente, Dennett (1994) questionou como a configuração e o desenvolvimento dos processos cognitivos humanos teriam sido influenciados pela aquisição da linguagem verbal, em comparação ao desenvolvimento da cognição das demais espécies animais que não são dotadas de competências verbais.

Essa postura acerca do papel da linguagem verbal sobre os processos cognitivos humanos destaca a adoção de um discurso mentalista ordinário (*folk psychology*) como uma ferramenta útil para a relação do homem com o mundo, na medida em que ele serve a propósitos sociais específicos (Dennett, 1987). Exemplo disso é a Teoria dos Sistemas Intencionais (TSI), elaborada como uma estratégia interpretativa do funcionamento de sistemas orgânicos e artefatos, pela atribuição a estes de *racionalidade* e *intencionalidade*. Em outras palavras, pela admissão de que tais sistemas são agentes capazes de funcionar do seu melhor modo possível em contextos específicos, orientados a partir de suas crenças, desejos, intenções, etc.

A adoção de um discurso mentalista é, portanto, um recurso pragmático da TSI para interpretar o funcionamento dos sistemas em geral, e da espécie humana, em particular. A TSI não se compromete de fato com uma ontologia do "mental", enquanto uma condição causal interna à espécie humana; apenas reconhece que a atribuição de estados mentais (e.g., racionalidade, intencionalidade) aos sistemas pode ser uma estratégia mais eficaz do que outras ao se lidar com a complexidade do funcionamento desses sistemas em certos contextos⁵.

Essa complexidade depende de como os sistemas foram originalmente desenvolvidos, pois sistemas com configurações mais complexas (e.g., a espécie humana) funcionam de modo mais complexo do que aqueles com configurações menos complexas (e.g., animais não humanos e artefatos). As razões para que diferentes sistemas sejam dotados de diferentes graus de complexidade de configuração devem ser buscadas nos processos que determinam essa configuração e nos modos de funcionamento específicos dos diversos sistemas (Dennett, 1987). Em ambos os casos, no entanto, a diferença no funcionamento "mental" dos sistemas não implica em um estatuto privilegiado da espécie humana em relação aos demais sistemas; apenas requer diferenciados graus de sofisticação do discurso mentalista para a interpretação do funcionamento desses sistemas⁶.

Podemos destacar duas hipóteses da TSI acerca da relação entre os processos cognitivos humanos e a linguagem verbal:

(1) Os fenômenos humanos, sejam eles mentais (desejos, crenças, intenções, pensamento, etc.), culturais (linguagem verbal, representações simbólicas, etc.) ou comportamentais, são produtos adaptativos de um mesmo princípio evolutivo. Esse mesmo princípio teria sido responsável pela configuração dos fenômenos mentais e comportamentais de outras espécies animais. A diferença entre a cognição animal e a cognição humana residiria não em diferentes princípios evolutivos atuando em similares (ou distintas) estruturas e processos neurofisiológicos subjacentes aos cérebros dessas duas espécies; mas em um mesmo princípio evolutivo atuando em diferentes estruturas e processos neurofisiológicos subjacentes aos cérebros dessas duas espécies.

(2) Um dos eventos críticos para a diferenciação dessas estruturas e desses processos teria ocorrido a partir do momento em que a espécie humana passou a *interagir verbalmente*. Quer dizer, a linguagem verbal teria de algum modo alterado a estrutura interna (cerebral) da espécie humana, tornando-a um sistema mais complexo em relação aos demais sistemas e, conseqüentemente, possibilitado-lhe um funcionamento mais complexo do que o dos demais sistemas. Contudo, a linguagem verbal não teria evoluído da cognição animal, mas coevoluiu com ela, e derivada de *habilidades de representação simbólica* e de *comunicação mais primitivas*, selecionadas devido ao seu valor de sobrevivência para a espécie humana (Dennett, 1987).

Em resumo, os processos cognitivo-comportamentais humanos e a linguagem verbal são produtos evolutivos distintos, mas que teriam passado a interagir em certo momento na história da humanidade, resultando na cognição humana propriamente dita. A linguagem verbal teria evoluído na espécie humana muito recentemente, a partir de formas primitivas de *representação simbólica* (e.g., petroformas, petroglifos) e *comunicação* (e.g., gestos, sons e ruídos), mas sem qualquer necessidade comunicativa ou relação com os benefícios dessa prática para o grupo social (Dennett, 1994, 1997). Já os processos cognitivos humanos teriam

5 Dennett (1987) contrasta a estratégia intencionalista da TSI com as estratégias *fisicalista* – pela qual o funcionamento dos sistemas é justificado por sua constituição material – e *funcionalista* (ou sub-pessoal) – que justifica o funcionamento dos sistemas a partir da descrição de regularidades em seu desempenho.

6 Enquanto se pode atribuir intencionalidade mais básica a sistemas com configurações mais simples (e.g., crenças, desejos e intenções "acerca de"), em sistemas mais complexos pode-se atribuir intencionalidade mais complexa (e.g., crenças, desejos e intenções "acerca de" crenças, desejos e intenções "acerca de" etc.).

evoluído há milhares (ou milhões) de anos, a partir de padrões de funcionamento relativamente estáveis (intencionalidade) dos sistemas orgânicos, genericamente descritos em termos de “busca de objetivos” (intenções), *motivação para ações* (desejo) e “apreensão de informações” (crenças). Isto é, os sistemas orgânicos (inclusive, a espécie humana) teriam sido originalmente configurados por processos evolutivos para se comportarem intencionalmente e se adaptarem a seu ambiente do melhor modo possível (racionalidade) (Dennett, 1971, 1987) (cf. Figura 3).

Mas como as competências verbais teriam interferido na cognição humana pré-verbal, diferenciando-a das cognições das demais espécies animais? Primeiro, é possível que o cérebro humano pré-verbal tenha desenvolvido *estruturas inatas complexas e específicas* que, por sua vez, teriam facilitado a aquisição da linguagem verbal (Dennett, 1994). Segundo, a linguagem verbal, enquanto ferramenta mental, teria possibilitado à espécie humana criar dispositivos no mundo que estenderam sua operação no mundo para atividades e habilidades além das possibilidades do cérebro humano⁷. Terceiro, pela linguagem verbal, a espécie humana teria aprendido não somente a assimilar informações de coespecíficos sobre objetos e estados de coisas; mas também a assimilar informações sobre si mesma. O processo de extrair informações sobre si constituiria o pensamento consciente; e a organização de pensamentos conscientes constituiria a mente humana. Enquanto outras espécies animais também são seres pensantes (i.e., capazes de formular representações de objetos e estados de coisas do mundo e de si mesmas), seu pensamento não é consciente, porque elas não se comportam verbalmente nem utilizam outras ferramentas mentais para acessar essas representações (Dennett, 1997). Como implicação, os membros dessas espécies não são capazes de compartilhar informações entre si acerca de suas representações de objetos e estados de coisas e de seu próprio comportamento, o que requer a aquisição de repertórios simbólicos, nem de estabelecer uma cultura baseada no acúmulo e na transmissão de experiências para gerações posteriores.

Intencionalidade e Linguagem Verbal: Análises

Nesta seção, proporemos algumas análises acerca de possíveis articulações entre intencionalidade e a linguagem verbal nas teorias descritas anteriormente, destacando alguns pontos comuns e discordantes entre elas.

Vimos que a TALBU considera que os repertórios verbais estão *necessariamente* (mas não suficientemente) condicionados à intencionalidade. Isso porque a linguagem verbal evidencia um tipo de repertório simbólico exclusivamente humano, *necessariamente* determinado por

7 Por exemplo, (i) armazenar informações ilimitadas e por tempo indefinido sobre objetos e estados de coisas; (ii) acessar essas informações a qualquer momento, a partir de signos cerebrais, sem a necessidade de exposição aos próprios objetos e estados de coisas do mundo que forneceram tais informações; (iii) compartilhar essas informações com seus coespecíficos e aprender novas informações sobre esses objetos e estados de coisas do mundo, a partir das opiniões desses coespecíficos etc. (Dennett, 1994, 1997).

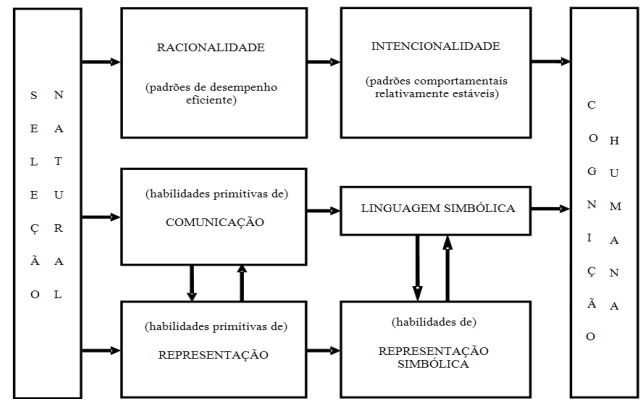


Figura 3. Modelo de coevolução da intencionalidade e da linguagem simbólica, segundo a Teoria dos Sistemas Intencionais. A seleção natural projetou a espécie humana de modo a se comportar com um alto nível de eficiência (racionalidade), desenvolvendo padrões de comportamento relativamente estáveis e previsíveis em contextos específicos (intencionalidade), comumente descritos como “estados mentais” (crenças, desejos, intenções etc.). A adoção de uma postura intencionalista envolve adotar um discurso mentalista, atribuindo estados mentais aos sistemas orgânicos e inorgânicos como uma estratégia pragmática para interpretar a complexidade do seu funcionamento em contextos logicamente possíveis. Formas primitivas de comunicação e de representação simbólica também são produtos evolutivos, embora distintos, que em algum momento passaram a interagir, resultando no surgimento da linguagem simbólica (verbal) e de repertórios mais sofisticados de representação simbólica. Esses repertórios constituem o fundamento da cognição humana.

habilidades cognitivas e sociocognitivas de compreensão da *intenção comunicativa* (Tomasello, 2003), que permitiram aos indivíduos interagir simbolicamente entre si em contextos sociais (e.g., quadros de atenção conjunta).

As habilidades de compreensão da intenção comunicativa, e a posterior aquisição da linguagem verbal (além de outros repertórios simbólicos) somente ocorrem a partir do segundo ano de vida do indivíduo humano, após a criança já ter exibido habilidades cognitivas e sociocognitivas de *ação intencional e compreensão da ação intencional*. Enquanto a compreensão da intenção comunicativa e a linguagem verbal são habilidades exclusivamente humanas, a ação intencional e a compreensão da ação intencional não o são. Essas habilidades provavelmente teriam sido herdadas de algumas espécies primatas.

Sugerimos com isso que o conceito de intencionalidade representa na TALBU uma condição *a priori* do desenvolvimento cognitivo humano, porque ela é uma característica de habilidades mais amplas àquelas exclusivamente humanas.

Se esse é o caso, e considerando que Tomasello define a cognição humana propriamente dita por sua condição *simbólica* (e verbal), podemos deduzir que a intencionalidade não é justificada por uma condição simbólica (ou verbal), porque ela é uma característica de habilidades humanas (e não humanas) não simbólicas (e não verbais), como a ação intencional e a compreensão da ação intencional. Diremos, portanto, que a intencionalidade é originalmente *pré-simbólica* (e pré-verbal).

Como a TALBU assume que as habilidades simbólicas (verbais ou não) teriam sido derivadas de habilidades animais não simbólicas que evidenciam intencionalidade, consideramos que aquelas também sejam *intencionais*, i.e., orientadas para objetivos (cf. também Allan, 2007; Allan & Souza, 2009). Em outras palavras, embora a intencionalidade não seja uma condição exclusiva de habilidades simbólicas, essas habilidades são *necessariamente* intencionais. Diremos então que a intencionalidade é, na espécie humana, originalmente *pré-simbólica* (e *pré-verbal*), mas potencialmente simbólica (e verbal), porque os repertórios simbólicos (e verbais) são definidos por uma condição intencional.

Isso implica assumirmos que a cognição humana, definida por sua condição simbólica, também seja intencional. Portanto, distinguiremos a cognição humana da cognição de outras espécies animais, atribuindo à primeira uma condição simbólica derivada de uma condição intencional; e à segunda, uma condição intencional, mas não simbólica.

Ainda que a TALBU destaque a intencionalidade e o simbólico como duas condições distintas da cognição humana (embora o simbólico seja derivado do intencional), podemos apontar para uma interdependência desses fenômenos nessa teoria. A aquisição de repertórios simbólicos tem como condição necessária habilidades intencionais (ação intencional, compreensão da ação intencional, compreensão da intenção comunicativa), sendo esses repertórios eles mesmos intencionais. As habilidades intencionais, por sua vez, são afetadas pelo desenvolvimento dos repertórios simbólicos, porque a intencionalidade não é somente o produto de um processo evolutivo natural na espécie humana, mas de um processo de *evolução cultural*, envolvendo o acúmulo e a transmissão de práticas e informações culturalmente compartilhadas entre indivíduos humanos (Tomasello, 1999; Tomasello et al., 2005a, 2005b).

Nesse sentido, sugerimos que a TALBU atribui aos repertórios simbólicos e à linguagem verbal uma intencionalidade *culturalmente* determinada. Queremos dizer com isso que a cognição *proto-humana* (i.e., anterior à aquisição de repertórios simbólicos) é *naturalmente* intencional porque sua intencionalidade é biologicamente herdada de outras espécies animais. Por sua vez, a cognição humana propriamente dita (i.e., simbólica e verbal) é *culturalmente* intencional na medida em que a espécie humana desenvolveu práticas culturais (simbólicas ou não) que lhe permitiram interagir intencionalmente (i.e., orientada para objetivos), inclusive, manipulando e compartilhando símbolos.

No caso da TAI, sugerimos em primeiro lugar que essa teoria, tal como a TALBU, também condiciona a aquisição e o desenvolvimento da linguagem verbal à intencionalidade. Pois, como vimos, pela linguagem verbal, a espécie humana teria desenvolvido um sistema convencional de representação do conteúdo intencional (representacional) de seus estados mentais. Mas isso somente porque a mente humana possui um modo de funcionamento peculiar de atribuir a símbolos linguísticos a propriedade de representar estados intencionais. Em outras palavras, a mente humana não somente desenvolveu uma capacidade (intencionalidade) de representar objetos e estados de coisas, estabelecendo

condições de satisfação para essa representação, como permitiu à espécie humana desenvolver a linguagem verbal como um sistema *meta-representacional*, i.e., uma representação do modo de estados mentais representarem objetos e estados de coisas.

Vimos que a diferença entre os dois sistemas de representação (mente e linguagem verbal) é que a intencionalidade da mente é uma característica *intrínseca* a esta, como resultado de um processo de evolução natural da espécie humana. Por sua vez, a intencionalidade da linguagem verbal (podemos incluir também, de outras formas de representação simbólica) é *derivada* da intencionalidade intrínseca à mente, possivelmente devido a processos culturais.

Ou seja, a intencionalidade não é uma característica exclusiva da linguagem verbal (e de outros repertórios simbólicos). Ela é, na realidade, uma característica de estados mentais anterior à aquisição da linguagem verbal. Ainda assim, a linguagem verbal é intencional porque sua intencionalidade é condicional à intencionalidade da mente. Isso é compatível com o que dissemos acerca de uma intencionalidade *pré-*, mas *potencialmente* verbal.

Com isso, sugerimos que tanto a TALBU quanto a TAI rejeitam que a cognição humana seja intrinsecamente verbal ou derivada da linguagem. Segundo essas teorias, parte da cognição humana é *pré-simbólica* e *pré-verbal* porque os indivíduos humanos manifestam habilidades cognitivas e sociocognitivas herdadas biologicamente de outras espécies animais, antes mesmo de adquirirem repertórios simbólicos e verbais. Isso não significa que essas teorias assumam que a cognição humana propriamente dita prescindia de habilidades simbólicas e verbais; mas que certas características básicas da cognição humana são *pré-simbólicas* e *pré-verbais*.

Sugerimos também que a TAI atribui, como outra condição necessária para a aquisição e o desenvolvimento de repertórios verbais (além de uma mente intrinsecamente intencional), a participação do indivíduo humano em um grupo social verbalmente competente para interagir em contextos sociais específicos. Searle (1983) destaca as seguintes etapas pelas quais os repertórios verbais se desenvolvem nesses contextos:

(1) *F* realiza atos ilocucionários como representação de certos estados mentais seus (podemos inferir que, nessa etapa, *F* aprenda a realizar atos ilocucionários observando *A* realizando atos ilocucionários em contextos similares com outros indivíduos humanos);

(2) *F* realiza atos ilocucionários com o objetivo de fazer com que *A* reconheça a intenção de *F* de representar certos estados mentais seus (nessa etapa, *F* passa a interagir diretamente com *A*);

(3) *F* realiza atos ilocucionários com o objetivo de produzir efeitos *perlocucionários* em *A*, i.e., alterar comportamentos e estados mentais de *A*;

(4) *F* formula regras que correlacionam a realização de atos ilocucionários (seus e de *A*) a certos efeitos perlocucionários, a partir de experiências prévias das etapas anteriores.

Esse quadro aproxima-se da descrição da TALBU acerca do desenvolvimento da linguagem verbal, a partir de habilidades de compreensão da intenção comunicativa,

envolvendo a observação e compreensão dos objetivos comunicacionais (i.e., alterar a atenção e os estados mentais de *A*) mediadores das interações verbais de um grupo social.

Finalmente, a TAI nos permite considerar não somente que a intencionalidade afeta o desenvolvimento da cognição humana, mas que o inverso também ocorre. Embora não fique explícito na obra de Searle por quais processos isso ocorre, podemos inferir essa hipótese a partir de sua noção de *background local* (Searle, 1994). Esse termo designa o conjunto de capacidades, hábitos, práticas, habilidades e disposições culturais que o indivíduo humano adquire ao longo de suas interações sociais e que dão fundamento à sua cognição. O *background local* não é um fenômeno intencional, mas uma condição “capacitante” para que estados mentais possuam intencionalidade. Por exemplo, minha crença de que hoje é meu aniversário possui intencionalidade (i.e., representa objetos e estados de coisas) em função de meu background acerca de celebrações de aniversário e datas, embora esse repertório não seja intencional. O *background local* pode incluir atividades simbólicas (verbais ou não), como, por exemplo, o reconhecimento das funções culturais dos objetos e dos contextos. Portanto, a cognição humana é constituída em parte de repertórios simbólicos não necessariamente intencionais, mas “capacitantes” de estados mentais intencionais, os quais condicionam a aquisição de repertórios simbólicos intencionais.

Propomos, assim, que, à medida que a cognição humana evolui, que os repertórios simbólicos se desenvolvem e que o *background local* acumula informações acerca do mundo, os estados mentais são capacitados com níveis de intencionalidade mais complexos. O conteúdo desses estados passa a representar não somente objetos e estados de coisas (e.g., eu acredito/desejo que etc.), mas também o conteúdo dos estados mentais de outros indivíduos (e.g., eu acredito/desejo que *A* acredite/deseje que etc.). Isso afeta também a complexidade das interações verbais, que passam a ser regidas mais por contextos nos quais falantes e suas audiências compartilham informações sobre conceitos abstratos, do que por contextos imediatos, nos quais falantes e audiência compartilham informações acerca de seus estados mentais.

Quanto à TSI, vimos que esta considera a intencionalidade e a linguagem verbal produtos coevolutivos que, a partir de certo momento na história da espécie humana, passaram a interagir. Enquanto a intencionalidade (entendida aqui como padrões de funcionamento relativamente estáveis dos sistemas, cf. Allan & Souza, 2011) evoluiu a partir de uma condição natural das espécies animais de se comportar eficientemente em contextos específicos (racionalidade), a linguagem verbal evoluiu a partir de formas primitivas de comunicação e de representação simbólica. Tanto intencionalidade quanto linguagem verbal seriam, no entanto, resultados de um mesmo princípio evolutivo operando sobre diferentes estruturas biológicas (sistema nervoso, trato vocal, aparelho fonador etc.), ao invés de diferentes princípios evolutivos operando sobre as mesmas estruturas biológicas. Podemos contrastar esse pressuposto com o que Tomasello (1999) propõe acerca de dois princípios evolutivos agindo independentemente sobre a intencionalidade e a linguagem verbal: a evolução natural dotando algumas

espécies animais (inclusive a espécie humana) com certas habilidades caracterizadas por intencionalidade (e.g., ação intencional, compreensão da ação intencional), e a evolução cultural estabelecendo repertórios simbólicos, dentre eles, a linguagem verbal.

Isso implica dizer que para a TSI não há originalmente uma condição de necessidade relacionando intencionalidade e linguagem ou outros repertórios simbólicos, exceto o mesmo princípio evolutivo atuando diferencialmente em ambas. Podemos sugerir, portanto, que a linguagem verbal representa, nas teorias de Tomasello e de Searle, um produto *intencional* e *simbólico*, enquanto que, na TSI, a linguagem é um produto *simbólico* – na medida em que teria evoluído de formas primitivas de representação simbólica – mas *não intencional*, porque a aquisição da linguagem verbal não é condicional à intencionalidade.

Dennett parece não esclarecer se outras formas de representação simbólica, além da linguagem verbal, teriam sido responsáveis pelas modificações na complexidade da estrutura cerebral humana. Contudo, tanto ele quanto Tomasello parecem concordar que a linguagem verbal não apenas desempenha um papel importante na configuração da cognição humana propriamente dita, mas que a própria linguagem verbal é uma condição dessa forma de cognição. Em outras palavras, eles parecem admitir que a característica básica da cognição humana propriamente dita é sua natureza *simbólica*, porque ela opera por meio de símbolos linguísticos.

Como demonstrado no modelo da torre de gerar e testar (Dennett, 1994, 1997), a linguagem verbal representa o último estágio evolutivo da cognição animal, sendo essa característica exclusiva da cognição humana propriamente dita. Isso implica que Tomasello, Searle e Dennett possuem em comum a hipótese de que a cognição humana propriamente dita é *simbólica* e *verbal*. Enquanto Tomasello e Searle propõem que a linguagem verbal é *culturalmente intencional*, isto é, que possui intencionalidade sob condições culturalmente determinadas, mas, ao mesmo tempo, derivada de, e condicional a, uma cognição animal naturalmente intencional, Dennett rejeita a hipótese de uma intencionalidade intrínseca à cognição animal ou humana. Isso porque a TSI considera que a intencionalidade designa padrões de funcionamento relativamente estáveis dos sistemas (orgânicos ou inorgânicos), que não são nem condições *a priori* ao funcionamento dos sistemas, nem causalmente relevantes para tal funcionamento; ao invés disso, esses padrões são derivados do modo como os sistemas são originalmente configurados para se comportarem no mundo (Dennett, 1987).

Dizer que a intencionalidade é derivada não equivale a dizer que é culturalmente determinada. É correto afirmar que os artefatos possuem intencionalidade derivada de uma atividade cultural, quando nos referimos à engenharia humana. Por exemplo, termostatos são configurados para regular “intencionalmente” a temperatura de aparelhos de refrigeração, como resultado de um projeto humano culturalmente determinado. No entanto, também é correto dizer que os sistemas orgânicos possuem intencionalidade derivada de um projeto da natureza, que configurou esses

sistemas para se comportarem “intencionalmente” desse modo.

Como intencionalidade e linguagem verbal são produtos coevolutivos, e a cognição animal é *naturalmente* (embora, não intrinsecamente) intencional, sugerimos que a linguagem verbal *não* é necessariamente uma habilidade *intencional* na TSI porque a espécie humana não foi originalmente projetada para interagir verbalmente. Contudo, a linguagem verbal é uma habilidade *simbólica* que permitiu à espécie humana representar a intencionalidade dos sistemas, pela adoção de um discurso mentalista que atribui racionalidade e intencionalidade ao funcionamento desses sistemas, sejam eles orgânicos ou inorgânicos.

Tomasello et al. (2005a, 2005b) justificam a diferença entre a cognição humana e das demais espécies animais recorrendo não unicamente à linguagem verbal (ou aos repertórios simbólicos), mas a uma *motivação exclusivamente humana para compartilhar intencionalidade* com seus coespecíficos. A linguagem verbal seria uma ferramenta importante pela qual a espécie humana compartilha intencionalidade, assim como outros repertórios simbólicos e práticas culturais (cf. Allan & Souza, 2009, 2011).

Tanto Searle quanto Dennett também defendem a importância da linguagem verbal para a diferenciação da cognição humana em relação aos tipos de cognição de outras espécies animais. No caso do primeiro, a linguagem verbal é uma ferramenta culturalmente determinada pela qual a espécie humana desenvolveu formas de representação *simbólica de estados mentais* (Searle, 1983). No caso do segundo, a linguagem verbal é uma ferramenta mental evolutivamente determinada, que alterou a estrutura interna do cérebro humano e, conseqüentemente, os modos de interação da espécie humana com o mundo, seja pelo desenvolvimento de formas de *representação simbólica* do mundo, seja pela aquisição de repertórios de descrição de seu próprio funcionamento (autoconsciência; cf. Dennett, 1994, 1997).

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos defender a relevância do conceito de intencionalidade como ferramenta interpretativa do funcionamento de repertórios simbólicos humanos, dentre eles, a linguagem verbal. Baseamo-nos em algumas teorias que ou descrevem processos de aquisição e desenvolvimento de repertórios verbais (Teoria da Aquisição da Linguagem Baseada no Uso-TALBU) ou analisam o papel da linguagem verbal no desenvolvimento cognitivo humano (Teoria dos Atos Illocucionários-TAI e Teoria dos Sistemas Intencionais-TSI), para propormos possíveis articulações entre a intencionalidade e a linguagem verbal.

Consideramos que as três teorias analisadas (TALBU, TAI e TSI) estabelecem uma relação de *interdependência* entre intencionalidade e linguagem verbal, embora elas difiram quanto à relevância da intencionalidade para os processos de aquisição e desenvolvimento de repertórios verbais. A TALBU assume que a linguagem verbal e os repertórios simbólicos são condicionais a habilidades cognitivas e sociocognitivas caracterizadas por uma “orientação para

objetivos”, denominada *intencionalidade* (Tomasello, 2003). A TAI justifica a linguagem verbal pela atribuição de uma condição representacional intrínseca à mente humana, denominada *intencionalidade*, para um sistema de representação simbólica-verbal (Searle, 1983). A TSI sugere que a linguagem verbal e a intencionalidade são produtos evolutivamente independentes entre si, mas que a linguagem verbal teria possibilitado à espécie humana interpretar a intencionalidade dos sistemas, i.e., seus padrões de funcionamento relativamente estáveis (Dennett, 1997).

Essas teorias também destacam a natureza simbólica da cognição humana. A linguagem verbal representa uma habilidade simbólica relevante, embora não exclusiva, para o desenvolvimento da cognição humana e para sua diferenciação em relação à cognição de outras espécies animais não humanas.

Embora essas teorias proponham diferentes definições para o conceito de intencionalidade, é possível assumirmos que elas também atribuem um papel relevante para a intencionalidade na caracterização da cognição humana propriamente dita, seja pela sua capacidade teleológica de orientar as atividades humanas no mundo (Tomasello, 1999), de representar objetos, estados de coisas e cognições de outros indivíduos (Searle, 1983), ou de desempenhar atividades em contextos específicos com certa eficiência e estabilidade (Dennett, 1987). Com isso queremos dizer que a cognição humana é tanto simbólica quanto intencional. E se a linguagem verbal é um exemplar de repertório simbólico da cognição humana, poderia existir alguma conexão entre a linguagem verbal e a intencionalidade para o funcionamento cognitivo humano.

Reconhecemos a carência de estudos no campo da psicologia experimental que investiguem essa questão. Considerando que o estudo do conceito de intencionalidade possui uma tradição na filosofia da mente de pelo menos um século e meio, e que essa área de investigação tem se debruçado sobre a relação do fenômeno da intencionalidade com os repertórios cognitivos humanos nas últimas seis décadas, consideramos importante que a psicologia experimental avalie as implicações que o conceito de intencionalidade pode trazer para a investigação dos repertórios cognitivos humanos, tanto numa perspectiva teórica quanto aplicada aos problemas tradicionais da psicologia.

Um fator que dificulta a adoção do conceito de intencionalidade numa investigação psicológica experimental é o aparente comprometimento desse conceito com pressupostos mentalistas acerca da cognição humana e da linguagem verbal. Esclareçamos que o conceito de intencionalidade remonta ao termo escolástico *in-existência intencional* (ou mental), mas seu sentido moderno na filosofia da mente está associado à classificação de Brentano dos fenômenos naturais em *físicos* e *mentais*, sendo a intencionalidade uma condição dos fenômenos mentais de “ser acerca de” objetos e estados de coisas (Brentano, 1874/1973). Essa definição de intencionalidade parece apontar para um dualismo ontológico (físico vs. mental) que, para a psicologia científica do século XX, significou um problema com o qual ela não pôde lidar satisfatoriamente.

Todavia, consideramos possível a psicologia científica adotar o conceito de intencionalidade sem necessariamente

comprometer-se com um dualismo ontológico; ou pelo menos, evitando traduções psicológicas imprecisas e inadequadas, à custa da descaracterização do fenômeno (cf. Allan, 2007; Allan & Souza, 2011). Um exemplo desse empreendimento foi a aplicação do conceito de intencionalidade à investigação de fenômenos psicológicos no campo da percepção e comunicação visuais humanas (Allan, 2012). Embora o sentido do conceito de intencionalidade proposto neste estudo – em termos de *modo de funcionamento semântico* das interações humanas – tenha se distanciado do seu sentido original, buscou-se, não obstante, manter o foco sobre a característica “referencial” de certas interações humanas acerca do mundo, ao mesmo tempo em que se defendeu uma interpretação de fenômenos psicológicos humanos, destacando sua natureza relacional como contraponto a um mentalismo dualista.

Referências

- Allan, S. (2007). *Intencionalidade, linguagem e análise do comportamento* (Unpublished master's thesis). Retrieved from <http://www.ufpa.br/ppgtpc/dmdocuments/MESTRADO/SylvioAllan.pdf>
- Allan, S. (2012). *Uma interpretação intencionalista da imagem: percepção e comunicação visuais humanas* (Unpublished doctoral dissertation). Universidade Federal do Pará. Retrieved from http://www.ufpa.br/ppgtpc/dmdocuments/DOUTORADO/tese_doutorado_sylvio.pdf
- Allan, S., & Souza, C. B. A. (2009). O modelo de Tomasello sobre a evolução cognitivo-linguística humana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 161-168.
- Allan, S., & Souza, C. B. A. (2011). Intencionalidade em Tomasello, Searle, Dennett e em abordagens comportamentais da cognição humana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27, 241-248.
- Allan, S., & Souza, C. B. A. (2015). Intencionalidade e linguagem (I): Algumas considerações sobre Tomasello e Skinner. *Acta Comportamental*, 23, 185-197.
- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- Bakeman, R., & Adamson, L. B. (1984). Coordinating attention to people and objects in mother-infant and peer-infant interaction. *Child Development*, 55, 1278-1289.
- Brentano, F. (1973). *Psychology from an empirical standpoint*. London: Routledge and Kegan Paul. (Trabalho original publicado em 1874)
- Dennett, D. C. (1971). Intentional systems. *The Journal of Philosophy*, 68, 87-106.
- Dennett, D. C. (1987). *The intentional stance*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Dennett, D. C. (1994). The role of language in intelligence. In J. Khalfa (Ed.), *What is intelligence?* (pp. 161-178). The Darwin College Lectures, Vol. 6. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Dennett, D. C. (1997). *Kinds of minds: Towards an understanding of consciousness*. New York: Basic Books.
- Searle, J. R. (1969). Expressions, meaning, and speech acts. In J. R. Searle (Ed.), *Speech acts: An essay in the philosophy of language* (pp. 22-53). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Searle, J. R. (1979). A taxonomy of illocutionary acts. In J. R. Searle (Ed.), *Expression and meaning: Studies in the theory of speech acts* (pp. 1-29). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Searle, J. R. (1983). *Intentionality: An essay in the philosophy of mind*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Searle, J. R. (1994). Consciousness, intentionality, and the 'background'. In J. R. Searle (Ed.), *The rediscovery of the mind* (pp. 175-196). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Tomasello, M. (1999). *The cultural origins of human cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Tomasello, M. (2003). *Constructing a language: A usage-based theory of language acquisition*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Tomasello, M., & Call, J. (1997). Human cognition. In M. Tomasello, & J. Call, (Eds.), *Primate cognition* (pp. 401-429). New York: Oxford University Press.
- Tomasello, M., Carpenter, M., Call, J., Behne, T., & Moll, H. (2005a). Understanding and sharing intentions: The origins of cultural cognition. *Behavioral and Brain Sciences*, 28, 675-691.
- Tomasello, M., Carpenter, M., Call, J., Behne, T., & Moll, H. (2005b). In search of the uniquely human. *Behavioral and Brain Sciences*, 28, 721-727.
- Tomasello, M., Kruger, A. C., & Ratner, H. H. (1993). Cultural learning. *Behavioral and Brain Sciences*, 16, 495-552.

Recebido em 21.05.2014

Primeira decisão editorial em 18.08.2014

Versão final em 09.11.2014

Aceito em 07.01.2015 ■